

CADERNO DE RESUMOS DO VII ENCONTRO HUME

Este caderno reúne os resumos dos trabalhos e apresentações do VII Encontro Hume, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre os dias 30 de setembro a 4 de outubro de 2019. O evento foi promovido por uma comissão de organizadora(e)s do Grupo de Trabalho Hume da ANPOF, em associação com o Grupo de Estudo e Pesquisa Hume / CNPq e com o Laboratório de Estudos Hum(e)anos, tendo também contado com o valioso apoio logístico do Departamento de Filosofia e o Departamento de Direito da PUC-Rio – a quem agradecemos imensamente.

Vale agradecer à comissão editorial da Revista de Estudos Hum(e)anos pela iniciativa de acolher os trabalhos não só deste encontro, mas também de outros – entre os quais, o VI Encontro Hume e o XVIII Encontro Nacional ANPOF. O VII Encontro Hume deu continuidade às felizes trocas entre pesquisadoras e pesquisadores do pensamento de Hume e de sua época, vindas de todo Brasil, partindo de diversas áreas das humanidades, e se mantendo em cordial colaboração, através dos eventos que são bienais e vêm acontecendo desde 2009.

Sinceramente,

A comissão organizadora

HUME E AS CIÊNCIAS NATURAIS: O CASO DA FISILOGIA

Pedro Paulo Pimenta

USP

pedronamba@gmail.com

Resumo: O primeiro livro de Hume – o *Tratado da natureza humana* – anuncia, desde o título, que a filosofia ali proposta tem uma afinidade com a chamada *Natural Philosophy*, sendo o livro “uma tentativa de introduzir o raciocínio experimental nas ciências morais”. Ora, como mostra a introdução à obra, o *experimental reasoning*, esse modo de pensar, nada mais é que o método que Hume encontra em Newton. Mirando-se no exemplo da Filosofia Natural, a Filosofia Moral terá acesso a um conjunto de procedimentos de coleta, análise e organização de dados, mantendo a especulação ao abrigo do desvario (que, dado o feitio da imaginação humana, é quase inevitável no conhecimento da natureza). É nesse quadro de referências que iremos abordar o caso singular da fisiologia.

Palavras-chave:

DAVID HUME E O PROBLEMA DA GÊNESE DOS COMPOSTOS NA PRODUÇÃO DA IDEIA DE EXTENSÃO

Marcos César Seneda

UFU

mseneda@gmail.com

Resumo: O problema da gênese dos compostos está presente na reflexão de diversos filósofos sobre a apreensão da natureza do espaço, pois há uma incontornável dificuldade de se identificar, nesse assunto, aquilo que seria simples, ou parte alíquota, ou que não poderia sê-lo. Trata-se de um problema arcaico, herdado de Euclides e originado a partir da primeira definição do Livro I dos *Elementos*. Hume não investiga esse problema diretamente, mas é obrigado a tangenciá-lo ao comentar a origem da ideia de espaço na Parte II do Livro I do *Tratado da natureza humana*. Esse texto, até hoje bem pouco frequentado, apresenta-se como um quebra-cabeça, que consome os esforços dos comentadores para detectar as possíveis referências das reflexões de David Hume. Uma delas, com certeza, é Pierre Bayle, autor do *Dictionnaire Historique et Critique*. Conquanto não o cite diretamente, Hume depende diretamente ao menos do verbete sobre Zenão de Eleia. Dentre outras contribuições aí contidas, Bayle dá extrema atenção ao problema da composição do espaço a partir do que problematiza como suas possíveis partes divisíveis ou indivisíveis, as quais são desdobradas e entrelaçadas em diversos paradoxos. Outro verbete que poderia se somar a esse seria o referente a Pyrrhon, no qual Bayle discute a natureza das nossas ideias que se reportam aos sentidos e à extensão. Partindo das notas de rodapé F e G do verbete sobre Zenão de Eleia e da nota de rodapé B do verbete sobre Pyrrhon, pretendemos destacar alguns aspectos da composição da ideia de espaço em David Hume, enfrentando o problema de que o espaço, para o autor, somente pode ser concebido mediante uma ideia complexa, a qual teria de ser composta a partir de suas supostas partes simples.

Palavras-chave: David Hume; Pierre Bayle; Espaço; Simples; Composto.

FORMA, FIGURA E SUBSTÂNCIA NO *TRATADO DA NATUREZA HUMANA*

Hugo Arruda
UFMG
hugoarruda@id.uff.br

Resumo: Para racionalistas modernos, paixões são objetos mentais inalisáveis porque confusos. Neste texto, mostro como a inversão de sentido das *distinctiones rationis* operada por Hume (em T 1.1.7.18 SB 25) implica na descrição de entidades metafísicas fundamentais para sistemas racionalistas enquanto ideias confusas. Sugiro que a equiparação do estatuto epistemológico de forma, figura, substância e paixão constitui uma equipolência performática que garante ao autor do *Tratado* o desenvolvimento de uma filosofia das paixões com fundações tão claras e distintas quanto as de seus predecessores.

Palavras-chave: ceticismo; metafísica; abstração; distinção; confusão

O CONCEITO DE ESPAÇO EM DESCARTES E BERKELEY: O MATERIALISMO CONTRA O IMATERIALISMO

Weverson Lopes

UFMG

weverson.lopesbh@gmail.com

Resumo: Nesse trabalho pretendemos apresentar e discutir o conceito de espaço em Descartes e Berkeley, para tanto, apresentaremos tal conceito em ambos os filósofos abordando por um lado o materialismo cartesiano, apontando como o filósofo entende o espaço como extenso e não possuindo um vácuo, tendo em vista que para Descartes a constituição de todas as coisas inclusive o espaço é sempre preenchida pela matéria. Já em Berkeley enfatizaremos como o mesmo entende o espaço, constituído por mínimos sensíveis ou pequenos pontos que não se relacionam com a matéria defendida por Descartes, evidenciando assim o seu imaterialismo. O que pretendemos com esse trabalho é confrontar as duas posições apresentando que o conceito de espaço defendido por Berkeley é, digamos assim, mais coerente com experiência, ainda que o mesmo apresente alguns problemas em seu desenvolvimento e formulação. Para que o conceito de espaço berkeleyano venha à luz da discussão, apresentaremos como a tese da heterogeneidade das ideias defendida pelo filósofo é o suporte para a percepção do espaço.

Palavras Chave: Berkeley; Descartes; Espaço; Heterogeneidade das Ideias; Matéria.

CETICISMO QUANTO À RAZÃO

Livia Guimarães

UFMG

liviamguimaraes@gmail.com

Resumo: Neste ensaio, partindo da análise da seção 1.4.1 do *Tratado da natureza humana*, procuro enfatizar a conotação psicológica que razão, conhecimento e demonstração adquirem. Para Hume, após a passagem cética contida na seção, ainda que se mantenha o uso subsequente, do que se virá a chamar, “A Forquilha de Hume”, a singularidade do sentido dos termos referentes à “razão demonstrativa” e sua pitada de ceticismo, não podem jamais ser esquecidos.

Palavras-chave: Ceticismo; Razão; Conhecimento; Hume.

CETICISMO, CAUSAÇÃO E DUPLA EXISTÊNCIA: UMA “CONEXÃO DESCONHECIDA” EM DAVID HUME

Wendel de Holanda Campelo

IFSC

wendel_filosofia@hotmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é apresentar que a noção humiana de entidades desconhecidas na natureza (os objetos físicos em suas conexões causais no mundo material) está de acordo com a teoria da dupla existência apresentada na seção 1.4.2 ‘Do ceticismo quanto aos sentidos’ do Livro I Do Entendimento do *Tratado da Natureza Humana*. Ao contrário da crença do vulgo na identidade entre percepções e objetos que atende o propósito da vida comum, a teoria da dupla existência cumpre o propósito da ciência e da filosofia através da distinção entre percepções e objetos. Portanto, embora Hume não descarte completamente a crença do vulgo na existência dos corpos e em suas produções causais, seu principal objetivo é apontar que a teoria da dupla existência é uma forma de realismo representacional adequada ao seu ceticismo mitigado, ao acrescentar que essas entidades da natureza são completamente desconhecidas à mente humana.

A INFLUÊNCIA CARTESIANA NO CETICISMO DE HUME

Marcelo Fonseca Ribeiro de Oliveira

Université de Lorraine
marcelofonsecaoliveira@gmail.com

Resumo: Parece estabelecida a virtude de Hume como historiador político, através de sua obra *A História da Inglaterra* (primeira edição, 1754). No entanto, ele permanece um bom historiador quando trata-se da história intelectual? Na maior parte de suas obras, Hume referiu-se ao ceticismo, tanto antigo quanto moderno. Ao longo das duas principais (*Tratado sobre a Natureza Humana*, 1739 e *Investigação sobre o Entendimento Humano*, 1748) o ceticismo fornece as bases para a formulação de teses próprias sobre o conhecimento do mundo exterior e das capacidades epistêmicas. Além disso, encontram-se menções claras a Cícero, Descartes, Malebranche, Locke e Berkeley. A retomada do ceticismo sobre a razão e os sentidos nas duas primeiras seções do quarto capítulo do Primeiro Livro do *Tratado sobre a Natureza Humana*, já estava presente na *Apologia de Raimond Sebond*, de Montaigne. Esta primeira seção parece ter como alvo o racionalismo cartesiano, tendo em conta o ataque às ciências demonstrativas e, por conseguinte, à matemática. Na Décima Segunda Seção da *Investigação Sobre o Entendimento Humano*, Hume menciona explicitamente Descartes sobre as virtudes associadas ao ceticismo hiperbólico da dúvida. Como sabemos, o escocês não adere a este dispositivo cético cartesiano. Aliás, a classificação histórica desta Seção parece inexata, intitulada ‘Da Filosofia Cética ou Acadêmica’. Não que não seja provável uma influência de Cícero em Descartes. Esta é uma interpretação do ceticismo cartesiano que pode ter tido lugar durante as décadas de redação da *Investigação*. Buscaremos mapear, então, este ponto sobre a história do cartesianismo e do ceticismo no que condiz às fontes disponíveis a Hume. Assim, pontuaremos nossa apresentação pelo seguinte questionamento: a interpretação de Hume do ceticismo cartesiano condiz fidedignamente com a filosofia cartesiana? Por conseguinte, nosso objetivo aqui é o de: a) comparar a quarta parte do Primeiro Livro do *Tratado* e as quarta, quinta e décima segunda seções da *Investigação* (claras referências ao texto das primeiras meditações cartesianas são evidentes nestes trechos) com as duas primeiras meditações da obra *Meditações Metafísicas* (1641); e, b) avaliar a honestidade histórica de Hume, uma vez seus equívocos na classificação do pirronismo e do ceticismo acadêmico. Este segundo objetivo conduzira a um mapeamento inicial do seu *environment* intelectual, com a finalidade posterior de descrever a recepção dos tipos de ceticismo que lhe estavam acessíveis.

Palavras-chave: Conhecimento; Ceticismo; Historiografia; Descartes; Hume.

O CETICISMO (METAFISICAMENTE FUNDAMENTADO) EM PLATÃO

Antonio Lessa Kerstenetzky

USP

antoniokersten@gmail.com

Resumo: Dois modos radicalmente diferentes de ver a filosofia são dramatizados na alegoria da caverna, de Platão. Enquanto o filósofo suspeita sobre a veracidade das imagens que passam à sua frente; enquanto rompe os grilhões que o impedem de mexer a cabeça; enquanto escala a escarpa rumo à entrada da caverna; enquanto seus olhos se habitua à luz do sol, pratica a filosofia como *busca*. Enquanto desce de volta à caverna; enquanto pretende que a visão obtida forneça um modo de reformar a caverna; enquanto procura educar os outros habitantes de acordo com a verdade, pratica a filosofia como *domínio* (para usar classificações inspiradas pela ‘história natural da filosofia’ proposta por Hume no *Tratado* 1.4.7). Por mais que haja entre as duas práticas uma ligação importante – a vontade de dominar é decorrente das descobertas da busca – as disposições psicológicas do filósofo ascendente e de seu futuro eu descendente são totalmente diversas. O filósofo que sobe é curioso; o que desce é arrogante. O primeiro deixou de lado todas as recompensas sociais. O segundo fez do resultado da busca instrumento para, em última instância, receber o que parece ser a recompensa mais convencional: determinar o modo dos demais viverem. Apesar de na *República* Platão desenhar um mundo determinado pelas escolhas do filósofo arrogante – um mundo terrível – foi ele também responsável pela criação da personagem epítome da filosofia curiosa, Sócrates. Na construção dessa personagem, feita ao longo de dezenas de diálogos, é dramatizada a vida do filósofo a romper os grilhões da opinião comum e do preconceito na busca por algo cuja compreensão lhe escapa. Ao mesmo tempo, a recompensa a ser obtida não é o poder de reformar a sociedade, como o filósofo-rei; quando descobre que a morte o levará pobre e descalço, a perspectiva de poder continuar a busca pela verdade separado de seu corpo o anima. O que o motiva, então? O que faz da busca à verdade algo a determinar as escolhas mais importantes de sua vida, apesar das desvantagens sociais implicadas por esse modo de viver? À primeira vista, a resposta pode parecer desconcertante. A leitura da apresentação de Sócrates em primeira pessoa – a *Apologia Socrática* – encontrará lá uma justificativa religiosa.

Palavras-chave: Ceticismo Antigo; Platão; Sócrates.

DAVID HUME, WILLIAM JAMES E A IDENTIDADE PESSOAL

Daniel Felismino Lopes Alves Rodrigues

UFF

danielflar@gmail.com

Resumo: A teoria da identidade pessoal de David Hume adentra o debate acerca do eu na natureza humana a partir da noção de feixe de percepções. Sendo essa uma questão pouco pacífica na idade moderna, especialmente no século XVIII, não restavam dúvidas da polêmica levantada pela proposição humiana. O filósofo escocês promove uma compreensão da identidade pessoal de um modo mais aberto e versátil, integrando-se como parte de certa corrente histórica de filosofar sobre o eu, seja de modo empírico, seja de modo cético. Este proceder filosófico opõe-se aqueloutro de cunho racionalista, cujo representante incontornável temos em Descartes, elaborador de uma imagem do eu absoluta e nuclear, a partir de seu método. Todavia, ao considerarmos a tese da identidade pessoal apresentada por Hume, uma série de sugestões de investigação e aprofundamento sobre essa teoria afloram, tanto como problemas quanto como direções de especulação a seguir. A composição humiana do eu como um feixe de percepções compreende, entre outros fatores, as relações de semelhança, causalidade e memória. O presente trabalho tem como objetivo estabelecer uma mediação desta composição com a filosofia de outro pensador, com quem identificamos compatibilidades: William James. Precisamente, o que buscamos é estabelecer um vínculo de investigação com a noção jamesiana de fluxo de pensamento [*stream of thought*], pois essa incide, ao integrar o problema da consciência da mente em James, tangencia a temática da identidade pessoal. A perspectiva jamesiana pode ajudar-nos a pensar e desenvolver a composição do aglomerado de percepções enquanto processo. A propósito, a imagem da mente humana para William James é a de um fluxo [*stream*], contínuo, fluido e instável, sob constante alteração e a ser alimentado por um sem número de fontes, em tudo oposto à concepção racionalista do pensamento como algo monolítico e estabilizado por uma identidade fixa.

Ao conjugarmos a filosofia de William James à de Hume não temos por objetivo demonstrar equivalências entre tais pensadores, muito menos estabelecer uma continuidade ou simetria entre suas proposições. Pelo contrário, ao imaginar a travessia dos vazios que os separam é que vislumbramos o aprofundamento de questões atinentes tanto a um quanto a outro. Em suma, consideramos James bom condutor para atravessar as inquietações que nos ocorrem quando da leitura da identidade pessoal em Hume e, quem sabe, levar-nos a outro lugar

Isto posto, buscaremos estabelecer tais pontes entre as filosofias partindo do *Tratado da Natureza Humana* de Hume, da seção intitulada ‘Da Identidade Pessoal’ (seção 6, parte 4, livro 1) e chegando à obra *Princípios de Psicologia*, de William James, mas eventualmente nos reportando a outros títulos deste autor, pois alguns dos argumentos presentes em outras regiões de sua filosofia nos permitem expandir a compreensão do conceito de fluxo de pensamento.

Palavras Chave: David Hume; Identidade Pessoal; William James; Fluxo de Pensamento; Consciência.

O PROBLEMA DO APÊNDICE E O DESENVOLVIMENTO DA FILOSOFIA TEÓRICA DE HUME

Lucas Silveira

UFRJ – PPGLM

silveira15lucas@gmail.com

Resumo: No Apêndice do *Tratado da Natureza Humana*, Hume afirma não conseguir renunciar nem tornar compatíveis dois princípios defendidos anteriormente, a saber: (i) que todas as nossas percepções distintas são existências distintas, e (ii) que a mente nunca percebe nenhuma conexão real entre existências distintas. Nessa comunicação pretendo ao mesmo tempo apresentar uma interpretação desse problema do Apêndice e, por meio dela, defender que esse problema é o responsável pelas mudanças mais profundas que podem ser encontradas na filosofia humeana exposta na *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Deste modo, a tese que defenderei é que, em relação tanto à causalidade quanto às “omissões” acerca da identidade pessoal e da existência de objetos externos, essas mudanças que a *Investigação* apresenta em comparação ao *Tratado* podem ser explicadas como resultante de um problema filosófico insuperável que o livro I do *Tratado* engendra e que é apontado no seu Apêndice.

Palavras-chave: Causalidade; Identidade Pessoal; Associação.

MILAGRES EM HUME E A INTERPRETAÇÃO TRADICIONAL

Mario Tito Ferreira Moreno

UFRJ - PPGLM
mario_uerj@hotmail.com

Resumo: A proposta de comunicação tem como função ampliar a discussão sobre a temática dos milagres dentro do contexto da obra de David Hume utilizando um texto de Abril de 1990 chamado ‘What Hume actually Said about Miracles’ publicado no volume XVI da Revista *Hume Studies*, no qual o autor Robert Fogelin discute o conceito humiano exposto na obra *Investigação sobre o entendimento humano* apresentando a interpretação que se considera como a tradicional e dialogando com Antony Flew, outro importante comentador da filosofia de Hume. Para Fogelin existem duas coisas que são comumente ditas no tratamento dos milagres na primeira parte de seção dos milagres da EHU: 1) Que Hume não apresentou um argumento a priori destinado a mostrar a impossibilidade de um milagre e 2) Hume não apresentou um argumento a priori para mostrar que testemunhos, mesmo que fortes, nunca tornariam razoáveis crer que um milagre ocorreu. Fogelin chama tal interpretação de “interpretação tradicional”, o autor também indica que Antony Flew parece solitário em confronto com a dita interpretação tradicional, na medida em que ele argumenta particularmente, que Hume não tenta indicar um argumento a priori na tentativa de mostrar que o testemunho jamais poderia estabelecer a existência de um milagre. Flew, em seus escritos, entendia que Hume tentou nada mais nada menos do que colocar em cheque a tese da existência dos milagres baseados em testemunhos. Flew parece aceitar, segundo Fogelin, a primeira parte da interpretação tradicional que indica que certamente Hume não estava tentando produzir uma prova de que milagres não existem. O que Fogelin tenta fazer é se colocar em oposição a essas “vozes unidas” indicadas por ele e apresentar que o consenso par a primeira parte da interpretação tradicional é infundada e que existem textos que vão contra tal argumento. Em última instância, que existem argumentos a priori apresentados por Hume contra a existência de milagres. O trabalho tem como objetivo ampliar a discussão sobre o conceito de milagres na filosofia de Hume colocando principalmente esse artigo específico em evidência.

Palavras-chave: Hume; Epistemologia; Milagres; Fogelin; Filosofia.

HOMEM E ANIMAL EM HUME

Dario Galvão

USP / Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne
dario.galvao@gmail.com

Resumo: Trata-se de examinar a presença do animal na filosofia humeana. Hume defende que a analogia entre homens e animais, devidamente constatada no plano anatômico, deve estender-se a todas as teorias que concernem a razão e as paixões. Assim, segundo o filósofo, todas as hipóteses formuladas para explicar as operações da mente humana devem ser igualmente aplicáveis à mente animal; caso contrário, a hipótese não pode ser válida. Hume menciona, nesse sentido, inferências de causa e efeito que são realizadas pelos cachorros, e a elevada ideia de si mesmo entretida pelo pavão, que, vaidoso, despreza aqueles que não compartilham de sua beleza. Embora Hume não se dedique a um estudo particularizado sobre as diferentes espécies de animais, nesta comunicação propõe-se questionar sobre a função destes no texto. Ao final, espera-se mostrar que é possível encontrar, no pensamento humeano, uma estratégia característica da filosofia das Luzes, a saber, a redução da distância entre homem e animal como meio para refundar o pensamento acerca da própria natureza humana.

Palavras-chave: Razão; Instinto; Imaginação; Paixões; Animal.

O JUÍZO MORAL NO *TRATADO*: HUME LEITOR DE HUTCHESON E MANDEVILLE

Fernão de Oliveira Salles

UFSCar

fernao.salles@gmail.com

Resumo: Não raro se atribui a Hutcheson papel de influência preponderante na filosofia moral de David Hume. Seguindo o mestre de Glasgow Hume teria remetido as distinções morais à esfera do sentimento, se contraposto ao racionalismo moral e formulado uma resposta às filosofias de Thomas Hobbes e, sobretudo, de Bernard Mandeville - ambos então pejorativamente chamados de “epicuristas modernos”. O que se pretende sugerir nessa comunicação é que a relação de Hume com esses autores está longe de ser tão simples. Trata-se de mostrar, por um lado, que se Hume se opõe a Mandeville não é nos mesmos moldes em que Hutcheson o fizera; em vez de simplesmente rejeitar as teses da *Fábula das Abelhas*, o cético escocês as teria, como se diz, “levado a sério”. Por outro lado, pretende-se apontar que, mesmo remetendo a capacidade de distinguir vício e virtude ao sentimento, Hume é levado conceber o juízo moral em termos bastante distintos daqueles propostos por Hutcheson e consideravelmente originais.

Palavras-chave: Sentimento; Juízo; Simpatia; Hábito.

QUASI-REALISMO E JUÍZOS DE VALOR EM DAVID HUME

Carlota Salgadinho Ferreira

PUC-Rio

csalgadinho92@hotmail.com

Resumo: Na presente comunicação, começarei por explicar porque é pertinente estender as considerações apresentadas pelos intérpretes projetivistas Barry Stroud, John Mackie e Angela Coventry, sobre a teoria moral de Hume a juízos de valor em geral, passando a incluir também juízos estéticos. Sob esta suposição, e em seguida, explicarei a validade da proposta desta autora, no que respeita à proposta de um padrão para juízos de valor que, ainda assim, não deve induzir numa interpretação realista da teoria humeana dos valores. Para justificar este propósito, procuro explicar que este padrão não é estanque e fixo, devido a três fatores: i) a restrição que Hume faz ao espectador refinado como o que tem plena capacidade de ajuizar; ii) a possibilidade de o padrão atualmente vigente não ter sido instituído por espectadores refinados, mas ainda em necessidade de maior refinamento; iii) o facto de ser instituído por conhecimento empírico, o que deixa necessariamente em aberto a possibilidade de surgirem objetos mais valorosos e agentes mais refinados no futuro.

Palavras-chave: Hume; Moral; Gosto; Quasi-realismo.

ARTIFICIALIDADE DA JUSTIÇA E OBRIGAÇÃO MORAL EM HUME

Celina Alcantra Brod

UFPEl

celinaabrod@gmail.com

Resumo: O propósito deste artigo é demonstrar a relação entre o redirecionamento do auto-interesse e o motivo que concede ao ato de seguir regras uma virtude. O auto-interesse sozinho é incapaz de explicar a adesão e aprovação moral das regras de justiça, muito menos a normatividade vinculada à obediência. Para que a realização dos atos de justiça, a normatividade das regras e a ideia de virtude sejam firmadas e suficientemente estáveis é necessário preencher certas lacunas; problema central deste artigo. Este artigo irá considerar três pontos: (1) os argumentos elaborados por Hume para caracterizar a justiça como uma virtude artificial; (2) mostrar que tal artificialidade não compromete os requisitos do modelo motivacional da teoria das virtudes humeana e (3) apontar os passos transitórios que vinculam e dão continuidade a ambas as virtudes. Objetiva-se, portanto, expor os argumentos de Hume que explicam a adesão naturalizada do agente às convenções e a motivação necessária para um dever interno adquirido.

Palavras-Chaves: Virtude Artificial; Justiça; Obrigação Moral; David Hume.

A TRAGÉDIA EM HUME E A DINÂMICA ENTRE A IMAGINAÇÃO E AS PAIXÕES

Andrea Cachel

UEL

andreacachel@gmail.com

Resumo: O desenvolvimento da análise humeana sobre a tragédia evidencia todo um contexto de investigações do século XVIII inglês que tentam paulatinamente unificar duas lógicas distintas no que tange à explicação do prazer estético: a centrada nos aspectos miméticos da imaginação e a calcada na capacidade expressiva das paixões. A comunicação pretende analisar as dificuldades apresentadas pelos pressupostos da filosofia da representação de Hume, ressonantes no ensaio ‘Da Tragédia’, para realizar tal unificação, discutindo os princípios que esse autor mobiliza para explicar a possibilidade da conversão da dor em prazer nas paixões trágicas. Nesse sentido, estará em jogo uma abordagem de mecanismos como o processo de transferência de força entre as emoções prazerosas e as paixões dolorosas, o papel da eloquência nessa transferência, bem como os meios para a produção de um novo sentimento nas emoções suaves. A intenção é, por um lado, mostrar a prevalência na filosofia humeana de uma concepção cognitivista do prazer, vinculada à “filosofia da inquietude” presente em Dubois, um dos interlocutores diretos do ensaio em questão, e, por outro, indicar em que medida Hume dialoga nesse ensaio com uma perspectiva que condiz com uma nova forma de abordar a noção de sublime, forma essa especialmente presente em Burke, em que prazer e deleite passam a constituir categorias marcadamente distintas.

Palavras-chave: Tragédia; Representação; Imaginação; Eloquência; Sublime.

A NATUREZA HUMANA COMO CONSTRUÇÃO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE HUME PARA A FILOSOFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Marcos Balieiro

UFS

marcos.balieiro@gmail.com

Resumo: Tornou-se praticamente um clichê a afirmação de que o estabelecimento de uma ciência da natureza humana é o objetivo primeiro da filosofia de Hume. Esse ponto, que fica evidente desde o subtítulo de seu *Tratado da Natureza Humana*, já foi explorado por diversos estudiosos da obra de Hume, que discutiram intensamente aspectos que vão desde a extensão da influência newtoniana até a possibilidade de se atribuir a Hume um naturalismo em sentido estrito. Por outro lado, como se sabe, as características da natureza humana mapeadas por Hume são apresentadas, elas próprias, tais como aparecem, sem que se tenha estabelecido qualquer suporte teórico prévio que lhes garanta a ordem ou a constância. Isso abre margem para o desenvolvimento de um tema que recebeu menos atenção, e que decorre da maneira como o filósofo estrutura sua investigação: não se trata, apenas, de afirmar que os princípios descobertos serão estabelecidos sem recurso à metafísica. Ao examinar as operações da mente sem que se estabeleçam eventuais pressupostos, ocorre que o objeto da ciência da natureza humana não está dado no início. Pode-se dizer que é constituído no decorrer do empreendimento a que Hume se dedica. É importante ressaltar que se trata, aqui, da natureza humana entendida como objeto, não apenas das considerações humianas acerca da identidade pessoal.

Pretendemos, em nossa exposição, examinar as consequências dessas considerações, no que diz respeito à filosofia moral de Hume. Esperamos ser possível mostrar que, em textos como o Livro 3 do *Tratado* e *Uma Investigação sobre os princípios da moral*, ao procurar estabelecer princípios que regulariam a influência da sociabilidade sobre os indivíduos, o autor termina por desenvolver uma teoria na qual os próprios sujeitos que estabelecem juízos morais e que participam da vida política são, em última instância, construções. Desse modo, pretendemos tecer, também, algumas especulações sobre a viabilidade de uma aproximação entre a obra de Hume e teorias políticas contemporâneas que vêm se estabelecendo com base em críticas à noção moderna de sujeito.

Palavras-chave: Hume; Natureza humana; Sujeito; Política.

A CIÊNCIA POLÍTICA DE DAVID HUME

Vinícius França Freitas

UFMG

ffvinicius@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho pretende apresentar uma interpretação que sistematiza a compreensão de David Hume dos princípios da ciência política. Por um lado, argumenta-se que a política é uma ciência sobre formas políticas de organização (monarquia, aristocracia e democracia, por exemplo). Enquanto ciência sobre formas políticas, a política é fundada sobre axiomas cuja verdade é eterna e imutável e independentemente de fatores contextuais – como, por exemplo, a cultura, a moral e a educação. Por outro lado, a política é uma ciência sobre a conduta dos seres humanos em sociedade (a ação de um corpo de indivíduos que resiste à tirania de um governante, por exemplo). Enquanto uma ciência sobre a conduta humana, a política é fundada sobre máximas ou princípios gerais cuja verdade é contingente e mutável e dependente de fatores contextuais.

Palavras-chave: História da Filosofia Moderna; Política; Ciência; Princípios; David Hume.

DAVID HUME E SUAS INCONFISSÕES

Nilo Henrique Neves dos Reis

UEFS

niloreis@uefs.br

Resumo: Norberto Bobbio estabelece três condições para um texto ser chamado de clássico: “deve ser considerado um intérprete de sua época em que viveu que não se possa prescindir da sua obra para conhecer o “espírito do tempo”; deve ser atual, no sentido de que cada geração sinta necessidade de relê-lo e, relendo-o, de dedicar-lhe uma nova interpretação; deve ter elaborado categorias gerais de compreensão histórica das quais não se possa prescindir para interpretar uma realidade distinta daquela a partir da qual derivou essas categorias e à qual as aplicou”. Dadas essas circunstâncias, é significativo conhecer os escritores que os influenciaram decisivamente, posto que, graças a estas leituras, formaram suas posições pessoais. Afinal de contas, a leitura contínua do pretérito contribui ao exercício da reflexão. É lamentável que em suas autobiografias não fique claro este ponto. Raramente se tem uma indicação precisa dos livros que proporcionaram um acréscimo intelectual decisivo aos autores dos clássicos, embora, como leitores solitários de outros escritores, como em Hume, seja possível perceber certas dissimulações com o intuito de omitir influências ostensivas em sua produção. Mas, vendo as combinações e distanciamentos de pontos comuns, percebe-se uma insistência de perspectivas no filósofo Maquiavel, que não escapou às reflexões de Hume. Ao contrário do que os historiadores da filosofia afirmam, após o exame sutil das constantes simultaneidades entre os dois pensadores, observa-se uma extraordinária e incessante presença de temas refletidos pelo florentino na produção política do escocês. E este resultado, inconveniente para o próprio Hume, não podia ser expresso claramente. Está nítido que Hume mantém perspectivas maquiavelianas em sua produção, porém, em lugar de expô-la, evidenciando seu débito, preferiu manter tal inspiração invisível aos seus críticos, impedindo a fácil identificação da influência do florentino em seus escritos. Não restam dúvidas de que o exame metucioso dos escritos do escocês pode trazer à superfície tal aproximação de Hume com o florentino, que lhe dava argumentos para pensar nas demandas contextuais da Inglaterra. Além disso, a influência ocorre de diversos modos, não só pela aceitação de certas posições filosóficas, mas com o uso do vocabulário, pontos de interseção, recusa de teses, de sorte que o conteúdo das suas próprias posições gera constantes simultaneidades. É evidente que as obras do florentino circularam na Inglaterra séculos antes de Hume, onde poucos eruditos assumiam publicamente o hábito de lê-las e, em outras situações públicas, confessar suas consultas às obras do florentino. Ademais, James Harrington utilizou a perspectiva de Maquiavel para fundamentar sua posição política, e sabendo que Hume escreveu um ensaio acerca da principal obra de Harrington, não tinha como o escocês não conhecer o pensamento de Maquiavel. A questão fundamental é: havia Maquiavel na produção de Hume? Por que não há uma confissão? O propósito desta comunicação é mostrar que David Hume tinha uma familiaridade com as obras de Maquiavel, estando tal presença disfarçada em seus escritos.

Palavras-chaves: Hume; Maquiavel; Dissimulações; Inconfissão; Influência.

UMA HIPÓTESE INICIAL PARA O USO DE CARÁTER NA HISTÓRIA DA INGLATERRA

Alana Boa Morte Café

UFS

alanabmcafe@gmail.com

Resumo: o ensaio ‘Do surgimento e progresso das artes e ciências’ recomenda às investigações morais que se atenham aos princípios mais estáveis, cujo exercício se identifique de modo geral entre as populações, em vez de pretenderem encontrar razões para um indivíduo determinado, cujas disposições são suscetíveis a todo tipo de causa peculiar e desconhecida. Portanto, em vez de buscar explicar o gosto ou juízo particulares de algum autor eminente (aplicação que certamente conduziria a investigação a impasses ou absurdos), sugere-se que a história das artes e das ciências seja abordada a partir das condições que as influenciam (isto é, pelo mapeamento de causas que possam ser reduzidas a máximas gerais). Remetendo a recomendação do ensaio a observações similares da primeira *Investigação*, tem-se que os registros históricos, sendo coleções de experimentos, revelam as uniformidades que permitem ao investigador fixar os princípios da natureza humana; ainda, é dito que, enquanto a história, semelhantemente às deliberações na vida, refere-se a fatos particulares, a política e a moral indagam sobre causas gerais e pretendem estabelecer regularidades nos assuntos humanos. Assim, as considerações tomadas em conjunto sugerem que, na perspectiva assumida pela investigação moral, interessaria menos procurar nos registros históricos aquilo que caracteriza especificamente uma pessoa ou o curso de uma vida, na medida em que eventos de cunho particular são determinados por acidentes ou por causas desconhecidas. Interessaria mais, em compensação, abordar fenômenos que se exercessem de modo geral sobre certo período ou população, na medida em que, sendo menos sujeitos a acidentes, eles parecem tanto mais úteis quanto mais seguros para investigadores morais. Contra essas expectativas, contudo, a *História da Inglaterra* não apenas dedica atenção expressiva às descrições de seus personagens, como efetivamente se apresenta como um plano privilegiado para a composição de seus caracteres, o que, a tomar por aquilo que foi dito, representaria um empreendimento arriscado e pouco afim do projeto de ciência moral. A *História*, com efeito, levanta a suspeita de que a exposição, feita a propósito do Surgimento e progresso das artes e ciências e da primeira *Investigação*, é de alguma maneira incompleta ou parcial. Um dos meios de torná-la mais completa é levar em conta que princípios e máximas gerais não estão simplesmente dados na experiência, mas são produto da especulação moral, o que oferece seus próprios inconvenientes. Como são mais abstratos, princípios e máximas são concebidos de modo mais fraco e obscuro, tendendo a uma série de confusões indesejadas; além disso, como são resultados de operações na imaginação, eles precisam ser remetidos constantemente à experiência, sem o que se convertem em fantasias, resultados das desmedidas do investigador. A vida e o caráter de um indivíduo particular, por outro lado, apresentam-se de maneira vívida e engajam as paixões e juízos morais, de modo que representá-los na narrativa história mitiga os inconvenientes que podem advir da proposta de identificar causas gerais. Parece possível defender, portanto, que a *História da Inglaterra* se beneficia de uma composição que combina as vantagens dos dois âmbitos no fenômeno histórico.

Palavras-chave: História; Investigação Moral; Princípios da Natureza Humana; Caráter.